



Teófilo Braga

Alice Moderno foi uma “adesiva”?

Adesivos eram considerados, na Primeira República, todos os que sendo anteriormente monárquicos se converteram oportunisticamente ao novo regime.

O historiador Carlos Cordeiro num texto intitulado “Um percurso político. José Bruno Tavares Carreiro /1880-1957): de Abnegado Regenerador a Autonomista Pragmático” a propósito da nomeação do Dr. José Bruno, após o derrube da monarquia, para secretário-geral do Governo Civil de Ponta Delgada dá a entender que Alice Moderna tal como o homenageado seriam adesivistas. Com efeito segundo ele a referida “nomeação receberia apoio, por exemplo, dos jornais *Diário dos Açores*, e de *A Folha*, este dirigido por Alice Moderno, ambos já defensores do novo regime. [...] Entretanto, decorriam os preparativos para uma recepção condigna aquando do seu regresso a Ponta Delgada. Alice Moderno — que já dedicara trechos poéticos a Suas Majestades, aquando da «visita régia», e também à implantação da República — escreveu a letra de um hino, composto pelo músico....”

É verdade, e a verdade não pode ser ignorada, que Alice Moderno foi monárquica e que dedicou o seu livro “Açores, Pessoas e Coisas”, publicado em 1901, à Rainha Dona Amélia.

O que não pode ser escamoteado é que Alice Moderno não começou a defender a República apenas após o dia da sua implantação a 5 de outubro de 1910. Bastava para tal ler o seu jornal “A Folha” do ano de 1909 ou então o que escreveu sobre o assunto a Dra. Maria da Conceição Vilhena, no seu livro “Uma Mulher pioneira: Ideias, Intervenção e Acção de Alice Moderno”, publicado, em 2001, pelas Edições Salamandra.

Sobre a questão da adesão de Alice Moderno aos ideais republicanos Conceição Vilhena, na obra referida escreveu o seguinte: “No entanto, com o evoluir da política, a viragem dá-se; e

A.M. adere de alma e coração ao partido republicano. Quando, em 1909, a polícia prende onze estudantes que se manifestavam contra a proibição de representar a revista *Ou vai ...ou racha* e por cantarem pelas ruas *A Menina Rosa*, símbolo da república, A.M. toma abertamente o partido destes, tendo publicado alguns artigos de protesto contra a atitude das autoridades, as quais entraram, na ausência de A.M. na redacção de *A Folha*, onde os jovens se haviam refugiado.”

Sobre aquele triste episódio que encheu várias páginas dos jornais micalenses da época, Alice Moderno ao descrever a peça, na edição do seu jornal, “A Folha”, de 7 de fevereiro de 1909, teceu fortes elogios aos republicanos nos seguintes termos:

“No último acto é feita a apoteose do Directorio do partido republicano, o qual é composto, como se sabe, dos homens mais em evidencia pelo seu talento, probidade e dedicação á causa democrática, que é a dos pequenos, dos soffredores, dos eternamente sacrificados- o que bastaria, que mais não fosse, para a tornar sympathica a todos os homens de coração e equidade”.

No mesmo jornal, ainda no tempo da monarquia, Alice Moderno divulgava as iniciativas do Partido Republicano de que é exemplo a notícia, publicada a 9 de maio de 1909, da eleição de Teófilo Braga, futuro presidente da República e amigo de Alice, e de outras personalidades para o diretório daquele partido, num congresso realizado em Setúbal.

A desilusão de Alice Moderno com os republicanos e com a política em geral viria mais tarde.

11 de agosto de 2022, nos 155 anos do nascimento de Alice Moderno



Mário Chaves Gouveia*

O “boom” pós COVID-19

Com a problemática SARS-CoV-2/COVID-19 praticamente encerrada, vive-se um desconfinamento praticamente pleno. Muitas das regras, limitações e obrigatoriedades vividas nos últimos dois anos e meios foram abandonadas, permanecendo apenas as regras de etiqueta e de higienização mais elementares, sendo que o uso de máscara de proteção se restringe apenas a determinados meios de transporte.

Assim, com a “abertura” de uma nova época social, o desconfinamento pleno que se vive possibilita o encontro de muitos amigos e familiares, em diversos tipos de eventos, dos culturais/lazer, sociais e, até, religiosos, sejam todos esses de âmbito familiar/comunitário aos municipais e, inclusive, regionais.

Atendendo à imensa procura por momentos de convívio e de confraternização, tem sido, também, muita a oferta, sendo essa promovida tanto por entidades privadas como públicas, não esquecendo as associações sem fins lucrativos e outras de âmbito local/comunitário.

Sem prejuízo inúmeras iniciativas privadas, muitas das atividades ou festividades têm sido promovidas direta ou indiretamente pelas autarquias locais, que parecem assumir, no verão, o seu pico de atividade. Isto é: – em muitos casos, infelizmente – após a hibernação habitual, apenas se reproduz o que se tem feito e visto por aí. E note-se que tal não é propriamente negativo, há que reproduzir iniciativas positivas, que mereçam que o seja feita, em especial pelo benefício

que trazem para os seus públicos-alvo. Mas fazer e também querer ter só porque sim, talvez não seja a estratégia mais inteligente.

A questão aqui formulada não é uma afronta ao que se tem feito este verão – desde que com responsabilidade quanto ao erário público – mas sim à inexistência ou incipiência de atividade durante todo o ano, uma vez que os organismos públicos supracitados não são ou não deveriam ser vistos (apenas) como entidades promotoras de atividades sazonais.

O objetivo é, pois, fazer notar que muitos dos públicos visados e que necessitam de uma maior atenção das autarquias, como os idosos e as crianças, não existem apenas em “momentos-chave” para os autarcas, como no Natal, no verão e, até, em ano de eleições. A atuação junto desses públicos fica, muitas vezes, a desejar, considerando que as autarquias se limitam a promover ações isoladas e desarticuladas, que aparentemente visam promover os responsáveis por tais iniciativas.

Para bem intervir e atuar junto das populações é necessário planejar, mas, infelizmente, muitos responsáveis políticos apenas têm visão no que respeita ao seu próprio futuro.

*Licenciado em Sociologia|Pós-graduado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais